



NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO BANCO LOCAL DE VOLUNTARIADO DE VILA REAL

Preâmbulo

O Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de Setembro, no art. 21º, atribui ao Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV) competências para a promoção, coordenação e qualificação do voluntariado.

Nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Câmara Municipal de Vila Real reúne condições para ser entidade enquadradora de um Banco Local de Voluntariado.

Assegurando o enquadramento de Bancos Locais de Voluntariado entidades de direito público com características diferenciadas, próximas das populações, com o objetivo comum do bem estar social dos seus concidadãos, considerou-se necessário a elaboração de um conjunto de normas internas para o funcionamento destas estruturas, de modo a agilizar os procedimentos sem olvidar os princípios do enquadramento a serem observados pelas respetivas entidades.

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Âmbito e Entidade Promotora

1 – O Banco Local de Voluntariado de Vila Real, adiante designado por BLV-VR, tem como entidade enquadradora a Câmara Municipal de Vila Real, sendo objeto do presente regulamento a definição das responsabilidades assumidas pela entidade enquadradora, no seu papel de agente dinamizador da atividade.

2 – O BLV-VR é uma estrutura de proximidade, de âmbito de concelhio, que promove o encontro entre a oferta e a procura de Voluntariado, prestando um Serviço à sua Comunidade.

Artigo 2.º

Objetivos do BLV-VR

São objetivos do BLV-VR:



- 1 – Acolher candidaturas de pessoas interessadas em fazer Voluntariado, bem como as inscrições das organizações que pretendam integrar voluntários.
- 2 – Proceder ao encaminhamento de voluntários para as organizações promotoras, acompanhando o processo da sua integração.
- 3 – Divulgar projetos e oportunidades de voluntariado.
- 4 – Sensibilizar os cidadãos e as entidades concelhias para as questões do voluntariado.

Capítulo II

VOLUNTARIADO

Artigo 3.º

Definição de Voluntariado e de Voluntário

- 1 – Voluntariado é um conjunto de ações de interesse social e comunitárias realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidas sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas.
- 2 – O Voluntário é o indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar ações de voluntariado no âmbito de uma organização promotora.
- 3 – A qualidade de Voluntário não pode, de qualquer forma, decorrer de relação de trabalho subordinado ou autónomo ou de qualquer relação de conteúdo patrimonial com a organização promotora, sem prejuízo de regimes especiais constantes da lei.

Artigo 4.º

Princípios Enquadradores de Voluntariado

O Voluntariado obedece aos princípios da solidariedade, da participação, da cooperação, da complementaridade, da gratuidade, da responsabilidade e da convergência.

Artigo 5.º

Organizações Promotoras de Voluntariado

- 1 – Consideram-se organizações promotoras as entidades públicas da administração central, regional ou local ou outras pessoas coletivas de direito público ou privado, legalmente



constituídas, que reúnam condições para integrar voluntários e coordenar o exercício da sua atividade.

2 – Reúnem condições para integrar voluntários e coordenar o exercício da sua atividade as pessoas coletivas que desenvolvam atividades nos domínios a que se refere o nº. 3 do artigo 4.º da Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro, e que se integrem numa das seguintes categorias:

- a) Pessoas coletivas de direito público de âmbito nacional, regional ou local;
- b) Pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- c) Pessoas coletivas de utilidade pública, incluindo as instituições particulares de solidariedade social.

3 – Podem ainda reunir condições para integrar voluntários e coordenar o exercício da sua atividade organizações não incluídas no número anterior, desde que o ministério da respetiva tutela considere com interesse as suas atividades e efetivo e relevante o seu funcionamento.

Artigo 6.º

Domínios de Voluntariado

O Voluntariado pode ser desenvolvido em todos os domínios da atividade humana como sejam os domínios cívico, da ação social, da saúde, da educação, da ciência e cultura, da defesa do património e do ambiente, da defesa do consumidor, da cooperação para o desenvolvimento, do emprego e da formação profissional, da reinserção profissional, da proteção civil, do desenvolvimento da vida associativa e da economia social, da promoção do voluntariado, e da solidariedade social, ou em outros de natureza análoga.

Capítulo III

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO BANCO LOCAL DE VOLUNTARIADO DE VILA REAL

Artigo 7.º

Inscrição dos Voluntários e das Entidades Promotoras de Voluntariado

1 – Compete ao BLV-VR proceder à inscrição dos voluntários e das organizações promotoras de voluntariado mediante o preenchimento de fichas de inscrição/registo, normalizado pelo CNPV, sem prejuízo de outras formas de contacto entre os voluntários e as organizações promotoras de voluntariado.



- 2 – O BLV-VR com os elementos recolhidos deverá elaborar uma base de dados de voluntariado e cruzar as informações constantes das fichas, de forma a fazer o encontro de perfis e competências da atividade voluntária, proporcionando o adequado encaminhamento.
- 3 – O BLV-VR deverá reunir condições técnicas e logísticas para realizar uma entrevista aos voluntários com o objetivo da definição do seu perfil.
- 4 – A Câmara Municipal de Vila Real, enquanto entidade enquadradora, deverá garantir um atendimento permanente, dentro dos seus horários de funcionamento.

Artigo 8.º

Encaminhamento

O BLV-VR procederá ao encaminhamento dos voluntários para a organização mais consentânea com as aptidões e preferências demonstradas pelo candidato quanto ao exercício do voluntariado, e com o perfil solicitado pela organização promotora de voluntariado, que o vai integrar.

Artigo 9.º

Acompanhamento e Avaliação

- 1 – Posteriormente, em período a determinar entre o BLV-VR e a entidade promotora de voluntariado, deverá ser feita uma avaliação geral da satisfação do voluntário e da entidade promotora de voluntariado pelo trabalho desenvolvido.
- 2 – Nessa análise devem ser ponderados os seguintes aspetos:
 - a) Satisfação do voluntário pelo trabalho efetuado;
 - b) Satisfação da organização promotora pela atividade do voluntário.
- 3 – Deverá, ainda, ser remetida ao Conselho Nacional para a Promoção de Voluntariado (CNPV), anualmente, um relatório de avaliação relativo ao funcionamento do BLV-VR com o objetivo de dispor de informação que permita desenvolver as ações que facilitem o regular acompanhamento da atividade dos BLV, no âmbito de um acompanhamento global aos mesmos.

Capítulo IV

RELAÇÃO ENTRE A ENTIDADE ENQUADRADORA E O CNPV



Artigo 10º

Protocolo de colaboração

Para formalização dos compromissos das partes, no quadro das respetivas obrigações, o CNPV celebra com a entidade enquadradora do BLV um Protocolo de Colaboração, tendo como objeto a criação e funcionamento do Banco Local de Voluntariado.

Capítulo V

Relação entre o BLV-VR, Entidade Promotora de Voluntariado e Voluntário

Artigo 11º

Sensibilização das partes

A preceder o início da atividade voluntária deverá o BLV-VR promover uma reunião entre as partes (voluntário e organização promotora de voluntariado), por forma a sensibilizar ambos para as questões mais relevantes:

- a) Programa de Voluntariado para cada voluntário;
- b) Formação geral e específica (a formação geral cabe ao BLV e a formação específica deverá ser assegurada pela entidade promotora de voluntariado);
- c) Seguro obrigatório em caso de acidente ou doença sofridos ou contraídos por causa direta e especificamente imputável ao exercício do trabalho voluntário;
- d) Cartão de identificação de voluntário;
- e) Certificação do trabalho voluntário (aquando da cessação da atividade ou quando solicitado pelo interessado).

Artigo 12º

Direitos e Obrigações das Entidades Promotoras de Voluntariado

Cabe às entidades promotoras de voluntariado:

- 1 – Designar um responsável para efetuar o enquadramento, acompanhamento e avaliação do voluntário, no decurso da atividade a desenvolver.
- 2 – Elaborar e estabelecer com o voluntário um programa de voluntariado, subscrito pelas partes, que defina a natureza, duração e periodicidade da atividade voluntária a desenvolver.
- 3 – Assegurar a correta utilização dos recursos materiais e dos bens, equipamentos e utensílios colocados ao dispor do voluntário.
- 4 – Garantir a formação específica para o voluntário.



5 – Assegurar os encargos com a apólice de seguro contratualizado para os voluntários, nos termos da alínea g) do art.º 9º da Lei 71/98, de 3 de Novembro conjugado com o art.º 16º do Decreto-Lei 389/99, de 30 de Setembro.

6 – Assegurar os custos com despesas relacionadas com os transportes, decorrentes da atividade, se a eles houver lugar, assim como os inerentes às refeições, se tal se justificar.

7 – A entidade promotora reserva-se o direito de não aceitar o voluntário encaminhado pelo BLV-VR, sempre que considere que o mesmo não se adequa ao projeto a desenvolver, devendo dar conta desta decisão ao BLV-VR.

Artigo 13º

Direitos e Deveres dos Voluntários

São direitos e deveres dos voluntários:

1 – Ter acesso a programas de formação inicial e contínua (geral e específica), tendo em vista o aperfeiçoamento do seu trabalho voluntário.

2 – Dispor de um cartão de identificação de voluntário.

3 – Ter ambiente de trabalho favorável e em condições de higiene e segurança.

4 – Estabelecer com a entidade que colabora um programa de voluntariado que regule as suas relações mútuas e o conteúdo, natureza e duração do trabalho voluntário que vai realizar.

5 – Assegurar a correta utilização dos recursos materiais e dos bens, equipamentos e utensílios colocados ao seu dispor.

6 – Enquadrar-se no regime do seguro obrigatório.

7- Ser reembolsado das importâncias despendidas no exercício de uma atividade programada pela organização promotora, desde que inadiáveis e devidamente justificadas.

8 – Não representar a Organização Promotora de Voluntariado, se para tal não estiver mandatado.

9 – Ser reconhecido pelo trabalho que desenvolve com certificação.

10 – Receber apoio no desempenho do seu trabalho com acompanhamento e avaliação técnica.

11 – Participar das decisões que dizem respeito à atividade voluntária que pratica.

Capítulo VI

Disposições Finais



Artigo 14º

Alterações às Normas Internas

Este regulamento poderá sofrer, a todo o tempo e nos termos legais, as alterações consideradas necessárias, que após aprovação pelo CNPV, passarão a vigorar em data a fixar.

Artigo 15º

Omissões

A resolução dos casos omissos, assim como a interpretação, em caso de dúvida, das disposições constantes do presente regulamento, após submissão ao CNPV e sua aprovação, serão objeto de decisão por parte da Entidade Enquadradora do BLV de Vila Real.

Artigo 16º

Entrada em vigor

Este Regulamento entrará em vigor logo após a sua aprovação.